



I. Pauta de Reivindicações 2017 a 2020:

1. Defesa da tabela salarial dos cargos de nível superior das entidades que fazem regulação no ciclo de gestão e suas repercussões percentuais em todos os cargos da regulação nacional.
2. Defesa da inclusão de um parágrafo no artigo 1º da Lei nº 10871/2004 para considerar os cargos do Plano Especial das Agências (Leis nº 10.882 de 2004 e nº 11357 de 2006) e os cargos da Lei nº 11046/2004 efetivos das Agências.
3. Defesa da transversalidade dos cargos das Agências.
4. Defesa da exclusividade de requisito de ingresso de nível superior para todos os cargos das Agências.
5. Defesa da manutenção do incentivo dos sanitaristas.
6. Defesa de possibilidade de exercício de outras atividades econômicas para todos os cargos da regulação nacional.
7. Defesa da redução de jornada de trabalho sem redução remuneratória.
8. Defesa da possibilidade dos servidores públicos estatutários em lotação provisória e os requisitados antigos nas Agências de poderem optar pelo ingresso no Plano Especial de cargos das Agências.
9. Defesa de equiparação remuneratória entre os cargos de mesmo nível.
10. Defesa de realização de consultas públicas internas nos processos regulatórios de cada agência.
11. Defesa que os cargos de corregedor das Agências sejam ocupados por servidores da carreira da Controladoria Geral da União conforme já acontece nos ministérios.
12. Defesa da revogação da proibição legal imposta aos servidores de discordarem publicamente das medidas regulatórias adotadas por suas agências e garantir a liberdade de expressão intelectual dos servidores das Agências.
13. Defesa que os cargos de ouvidor das agências reguladoras sejam ocupados por servidores das agências.
14. Defesa da possibilidade de os servidores contribuírem com as análises de impacto regulatório.
15. Defesa de um canal de acolhimento de demandas em saúde mental dos servidores de agências reguladoras federais.
16. Defesa de carreira com mais níveis e manutenção do prazo de um ano para progressão.
17. Defesa da lista tríplice para diretores das agências reguladoras e a transformação de cargos de livre nomeação para função gratificada: geração de economia para elevação do nível remuneratório para equiparação ao ciclo de gestão.
18. Defesa da revisão da obrigatoriedade de registrar em ponto eletrônico, servidores das Agências Reguladoras que atuam em área finalística, quando no exercício de função.
19. Defesa de definição clara das ações executadas nas fronteiras, mediante a publicação da RDC/Fronteiras.
20. Defesa de concurso para servidores e recomposição dos postos e coordenações da Anvisa nos estados.
21. Defesa da ampliação das áreas de atuação da fronteira, extrazona alfandegaria.
22. Defesa da implementação de pagamento de adicional de risco em detrimento da periculosidade e insalubridade.
23. Defesa que todos os cargos com exceção do primeiro escalão das agências sejam restritos e de ocupação exclusiva de servidores integrantes dos quadros das Agências Reguladoras.



II. Plano de Lutas 2017 a 2020:

1. Entregar a pauta de reivindicações ao MPDG, Casa Civil, Parlamento e Direção das Agências Reguladoras;
2. Buscar parcerias: Fonacate e Aner – sobre temas técnicos – elaboração ou participação conjunta em temas técnicos convergentes;
3. Buscar dialogo com entidades que fortaleçam e defendam as pautas da categoria da Regulação Nacional;
4. Discussão e abertura de uma frente de atuação contra o ajuste no fator previdenciário programado para 2018.
5. Realizar um encontro nacional dos servidores que exercem a fiscalização nas agências reguladoras;
6. Elaborar um estudo da Diretoria Executiva Nacional sobre os casos de servidores que exercem atividades de fiscalização cumulada com atividades meio;
7. Elaborar um estudo da Diretoria Executiva Nacional para criação de fundo de reaparelhamento da fiscalização nas agencias;
8. Elaborar um estudo da Diretoria Executiva Nacional para criação de normativo pelas Agências Reguladoras estabelecendo critérios técnico-gerenciais para entrada e critérios de tempo de permanência nos cargos comissionados;
9. Incluir análise de impacto regulatório nas alterações legislativas – participar na consulta pública em andamento na casa civil;
10. Campanha de filiação – Caravana do Sinagencias;
11. Estruturação das SESINS com o fortalecimento da representação por local de trabalho;
12. Campanha de marketing – publicidade da atividade das Agências Reguladoras na sociedade e os ganhos ao longo na história;
13. Elaborar um estudo da Diretoria Executiva Nacional das gratificações relacionadas à atividade/titulação/lotação, observando-se a remuneração por subsídio;
14. Programa de saúde e segurança do servidor da Regulação Nacional;
15. Elaborar um estudo da Diretoria Executiva Nacional para estruturar o sindicato com os colaboradores por tema de Agência Reguladora para assessorar a direção;
16. Contratar colaboradores para fortalecimento da assessoria parlamentar do sindicato;
17. Criação de um grupo de trabalho para discutir regulação crítica;
18. Mapear as demandas comuns das agências para estabelecer uma estratégia e complementar o plano de lutas;
19. Seminário nacional de saúde e previdência da Regulação Nacional;
20. Elaborar um estudo da Diretoria Executiva Nacional sobre grupo de trabalho voluntário de assessoria jurídica com a formalização por meio de contrato entre filiado com formação na área e o sindicato;
21. Fortalecimento da comunicação sindical: transformação da página do Sinagências em um portal e a implementação de uma web rádio e web tv.

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL